

EM BUSCA DE UMA ARQUEOLOGIA DO SIGNO

Marcio Santos da Conceição¹

Resumo: Pensar os conceitos de língua e literatura a partir de um Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, tomando como base a bibliografia geral da seleção do Doutorado nos leva a compreender que com a descoberta do signo linguístico, por Ferdinand de Saussure a linguística se impõe e dialoga com varias áreas do conhecimento tais como a Filosofia, a Antropologia, a História, a Psicanálise, etc. A partir da semiologia, Roland Barthes nos mostra que a ciência dos signos serve de base para uma leitura da estrutura da vida social e cultural. O mesmo nos mostrou a qualidade fascista da língua e que precisamos conhecer as estruturas de poder para enquanto pesquisadores, podermos desconstruí-las. Nessa perspectiva, a literatura tem seu papel uma vez que ela é o lugar onde podemos trapacear com essa dimensão fascista da língua. A literatura é uma instituição histórica que cria e estabelece suas próprias convenções e regras. Partindo desses pressupostos um dos principais objetivos do programa é criar novas formas de combate às colonizações epistemológicas, postas por um governo neoliberal que não valoriza a pesquisa acadêmica e que vê no mercado sua única força motriz, assim como criar uma arqueologia do signo buscando sua reverberação pelas Ciências Humanas. O referencial teórico para refletir acerca dessas questões baseia-se nas obras de alguns autores tais como Agamben (2015), Derrida (2014), Barthes (2001), Benveniste (1976), Saussure (2018), Santos (2019), Cândido (1988).

Palavras-Chave: Crítica Cultural. Língua. Literatura. Signo Linguístico.

INTRODUÇÃO

Nascido no período subsequente ao final da Segunda Guerra Mundial, O Neoliberalismo é visto como uma doutrina que carrega uma

¹ Estudante do Doutorado em Letras – Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, Campus II – Alagoinhas-BA, sob a orientação da Profa. Dra. Maria de Fatima Berenice da Cruz, na linha 02.

ideologia própria e atinge as mais diversas esferas da vida social através da produção de ideias, imagens, valores que afetam a educação, a política, a cultura, etc.

Este artigo traz como objetivo uma reflexão acerca do neoliberalismo, pensando-o como um signo linguístico. Roland Barthes (2001) defendia que a Semiologia, ou a ciência dos signos, poderia servir de base para leitura da estrutura da vida social e cultural.

Partindo desse pressuposto gostaria de refletir acerca dos impactos dessa corrente doutrinária através das ideias apresentadas por dois autores em suas obras *A sociedade do Cansaço* (2019) de Byung-Chul Han e *Necropolítica* (2016) de Achille Mbembe, visto que ambos os textos fazem parte da bibliografia da linha geral do Doutorado em Crítica Cultural do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural e reforçam as implicações da implementação de uma política neoliberal.

As análises aqui apresentadas não têm o intuito de esgotar as discussões acerca do tema, porém, objetiva ser mais uma forma de enfrentamento das colonizações epistemológicas hegemônicas. Para o crítico cultural é necessário descobrir as estruturas de poder para assim, poder pensar em desconstruí-las. Um dos caminhos aqui apresentado é o da Decolonização do Saber e Poder visto que a primeira colonização supervaloriza o conhecimento eurocêntrico, descartando os princípios racionalistas, e a segunda tenta estabelecer um padrão de ser na intenção de promover a desumanização da pessoa pela outra.

Portanto, este ensaio está dividido da seguinte maneira: na primeira parte, apresenta-se um breve histórico do Neoliberalismo, enquanto ideologia, seus valores e metas e como o mesmo foi se instalando como um sistema aqui no Brasil e as implicações no campo da educação. Em seguida, faz-se uma análise do livro *A sociedade do cansaço*, partindo da ideia da sociedade do esgotamento apresentada pelo autor onde as pessoas passam a se tornarem empresárias de si mesmo, o que culminará nas mais diversas patologias psicológicas; uma discussão sobre o texto de Mbembe, *Necropolítica*, onde o autor relata acerca de uma

política de morte, como forma de gestão, o Estado de Exceção e o racismo. Ao final, o texto aponta a decolonialidade como um caminho de enfrentamento desses mecanismos postos pelo capitalismo tardio que chamamos aqui de Neoliberalismo.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO NEOLIBERALISMO

Alguns autores datam de 1940 o surgimento do Neoliberalismo em contraponto ao Estado de Bem-Estar Social, ou de um Estado Integracionista. Surge inicialmente como uma Ideologia e vai influenciar as mais diversas esferas da vida social, política e econômica.

A emergência do neoliberalismo se dá face ao fracasso das políticas de acumulação capitalista implicando até mesmo numa nova formação estatal, nos anos 1980. Alguns eventos internacionais marcaram esse período como as eleições de Margareth Thatcher em 1979 na Inglaterra, de Ronald Reagan em 1980 nos Estados Unidos assim como a de Helmut Kohl, em 1982 na Alemanha.

Segundo Viana (2008):

O ciclo se encerra no final dos anos 1980. O neoliberalismo emergente é substituído pelo neoliberalismo hegemônico. A crise do capitalismo estatal (queda do muro de Berlim), e o fim da Guerra Fria, aliado à expansão neoliberal no capitalismo subordinado, promovem uma consolidação ideológica e política no neoliberalismo. O regime de acumulação integral se torna hegemônico mundialmente e fecha o ciclo.

O que vai caracterizar o neoliberalismo hegemônico é o “fundamentalismo de mercado com sua crença paradoxal nas virtudes criadoras da destruição das tradições, e o conservadorismo, por sua vez, defensor exatamente das tradições e da autoridade estabelecidas” (MORAES, 2002).

Segundo Anderson (1995), a ideologia neoliberal tomou como base um texto de Fredrich Hayek intitulado *O Caminho da Servidão*, publicado

em 1944. Alguns dos seus princípios básicos eram: participação mínima estatal nos rumos da economia, pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, política de privatizações, livre circulação de capitais internacionais e ênfase na globalização, protecionismo econômico, desburocratização do Estado, empresas privadas como base da economia, entre outros.

No Brasil, o Neoliberalismo começa a ganhar corpo no Governo de Fernando Collor de Melo nos anos 1990, através da reestruturação do Estado e da organização das relações de trabalho. O ideário neoliberal provocou uma grande desigualdade social, pois houve pouca valorização das Políticas Sociais, pensando o Estado como mantenedor de um estado mínimo para população. Decorrentes disso, temos o agravamento das crises sociais, alto índice de desemprego estrutural, reforçados pelo avanço tecnológico (BRUN; VIDIGAL; CARMONA, 2018).

Foi a partir do Consenso de Washington, em 1989, ocorrido nos Estados Unidos, que a proposta neoliberal foi sendo apresentada pois, nessa época o Governo norte-americano impôs condições para poder ajudar financeiramente outros países tais como a redução do Estado e abertura da economia. Isso influenciou a estrutura do governo Collor que publicou um texto na época chamado *Brasil: um projeto de reconstrução nacional* onde se buscou, sobretudo, três objetivos: uma reforma administrativa, programa de desregulação e desestatização do Estado, onde o que estava por trás era na verdade, a privatização do Estado.

Dentre essas propostas, destacam-se: a desregulamentação da economia, que visava à abolição da regulação do Estado, simultaneamente, sobre a economia e sobre a relação capital-trabalho, perspectivando a plena liberdade dos mercados; a sumária retirada do Estado como agente produtivo, derivando daí as propostas de privatização das empresas estatais e de “Estado mínimo”, esta última direcionada no sentido da compreensão da esfera estatal respaldada num compromisso que se pautava na implementação de apenas algumas funções elementares, a exemplo da educação básica e da saúde pública, além da criação

e/ou manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico; e a liberalização do comércio exterior, em seu propósito de tornar a economia brasileira ao mesmo tempo internacionalizada e moderna, por meio do estímulo às importações (PORTO, 2009).

Como podemos constatar a Educação Básica e a Saúde Pública ficaram a cargo do Estado, porém sofreram grande influência do pensamento neoliberal uma vez que as mesmas fazem parte de políticas sociais que serão cada vez mais minadas pela política neoliberal. A educação, por exemplo, passou a ser um espaço estratégico para difusão das ideias neoliberais pois através da mesma pode-se difundir a hegemonia para regulação e controle social,

Segundo Cruz (2012, p. 36) “muito se tem escrito acerca da influência do neoliberalismo na educação brasileira como uma experiência mercadológica que interfere na produção do conhecimento dentro da escola”. Citando Azevedo (1995, p. 23) a autora nos faz compreender que “a concepção neoliberal transforma a educação em mercadoria de consumo e justifica a competição como lógica interna das instituições educacionais, chegando mesmo a considerar desigualdade como um valor positivo e natural”

É a partir dessa perspectiva que podemos então falar sobre a obra *A sociedade do cansaço* do escritor Byung-Chul Han.

A SOCIEDADE DO CANSAÇO

Segundo Han (2019), cada período histórico possui ou é caracterizado por suas enfermidades fundamentais. O autor constata em seu texto que existe uma relação direta entre sociedade e adoecimento psíquico e que a nossa época está atrelada a sofrimentos psíquicos tais como a Síndrome de Burnout, transtornos de déficit de atenção, hiperatividade e depressão que estão correlacionados diretamente com o modo operatório do sistema capitalista — ou ao neoliberalismo — sua versão mais perversa.

À sociedade disciplinar de Foucault, marcada pela negatividade das proibições, dá-se lugar a um excesso de positividade o que conduzirá o indivíduo a perceber-se como um empreendedor de si mesmo. A este arquétipo de sociedade, o autor chamará de Sociedade do Desempenho.

Na sociedade do desempenho pode-se então trocar os verbos “dever” na perspectiva freudiana, para o verbo “poder”. Han diz que com essa troca de enunciados — tu deves/nós podemos — cria-se uma falsa impressão de liberdade pois impõe-se aos cidadãos a total responsabilidade pela sua realização, pela sua constante superação, o que resultará posteriormente em patologias psicológicas.

Como podemos compreender essa realidade e vinculá-la ao neoliberalismo? O sujeito adepto desse ideário neoliberal, sendo marcado pelo excesso de positividade, é induzido a um verdadeiro esgotamento físico. Palavras como projeto, motivação, iniciativa, eficiência, flexibilidade fazem parte do vocabulário desse empreendedor de si mesmo.

Se na sociedade disciplinar de Foucault o sujeito é explorado pelas instituições, na sociedade do desempenho, o próprio sujeito termina se autosabotando e quando não chega a alcançar os seus ideais transforma-se num sujeito depressivo, sem poder enxergar que tornou-se vítima de um sistema que o leva a autoexploração. Na verdade, esse sujeito do desempenho, experimenta uma liberdade coercitiva pois é falsa tanto a ideia de liberdade quanto de autonomia, pregados pelo mercado capitalista neoliberal, que força as pessoas a produzirem cada vez mais, a bater metas que são cada vez mais desafiadoras, o que produz em muitos o sentimento de carência e culpa. Segundo Han, o sujeito do desempenho, se realiza na morte. “Realizar-se e autodestruir-se, aqui, coincide (p. 85-86).

É notório, a quantidade de pesquisas que vem mostrando o adoecimento psíquico de professores, por conta de tantas demandas acadêmicas, onde houve uma forte influencia desse ideário capitalista de base neoliberal. Acompanhamos isso também através das terminologias

utilizadas no mundo escolar como habilidades, competências, projeto, produção, etc. No mundo acadêmico, as instituições têm como alvo, a produção, esse é um dos principais parâmetros para medir a qualidade dos cursos universitários em nosso país.

A NECROPOLÍTICA COMO GESTÃO DO DIREITO DE VIVER/MATAR

A Necropolítica é um termo utilizado pelo pensador Achille Mbembe enquanto releitura do pensamento de Michel Foucault acerca da ideia de Biopoder e Biopolítica. O termo *necro* vem do grego e significa morte, e nos dá a ideia então de uma política de morte. Biopoder para Foucault é o domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle. Portanto podemos conceituar a Necropolítica de forma mais ampla como o poder político que se apropria da morte como forma de gestão.

Em consonância com o pensamento capitalista neoliberal, essa forma de gestão cria uma linha tênue entre os que morrem e aqueles que tem o direito de viver, visto que é marcada por uma política de austeridade e de exclusão. Essa política de exclusão visa à precarização dos direitos fundamentais como o direito à saúde, a uma educação de qualidade, tudo isso como uma forma sutil de apresentação dos seus ideais, camuflando o racismo e a violência contra as minorias desassistidas.

No pensamento foucaultiano o conceito de biopoder está atrelado a dois elementos: a anátomo-política do corpo e à biopolítica da população. Segundo Camilo e Furtado (2016) A anátomo-política refere-se aos dispositivos disciplinares encarregados de extrair do corpo humano sua força produtiva, mediante o controle do tempo e do espaço, no interior das instituições como a escola, o hospital, a fábrica, a prisão; enquanto que a biopolítica da população volta-se à regulação das massas, utilizando-se de saberes e práticas que permitem gerir taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, aumento de longevidade, etc.

Mbembe faz um deslocamento das ideias de Foucault, sem obviamente negá-las, porém, ampliando-as uma vez que o mesmo percebe que o pensamento de Foucault parte de processos históricos num contexto europeu, a Necropolítica tem como ponto de referência territórios e processos históricos marcados pela lógica da colonialidade e neocolonialidade.

Nesse contexto, o racismo, para Mbembe é utilizado como um dispositivo regulador de como a morte é administrada. Racismo aqui, visto não do ponto de vista moral, mas dentro de um ponto de vista político, onde a morte passa a ser um processo racional do “limbo”. A essa forma de gestão do direito à vida e à morte, Mbembe denomina de soberania.

Partindo dessa perspectiva política, a democracia funciona como um dispositivo genocida, em detrimento ao Estado de Direito. Giorgio Agambem já afirmava que temos muita ilusão em relação à democracia e à racionalidade, pois, ao olharmos a história, as democracias contemporâneas não funcionam na normalidade e sim num estado de exceção.

Retomando o conceito de soberania Mbembe (2017, p. 11) afirma que,

Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações. Tais formas de soberania estão longe de ser um pedaço de insanidade prodigiosa ou uma expressão de alguma ruptura entre os impulsos e interesses do corpo e da mente. De fato, tal como os campos da morte, são elas que constituem o nomos do espaço político que ainda vivemos. Além disso, experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão a verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como a vida e a morte.

Segundo a autora Fátima Lima, em seu texto *Diálogos entre Mbembe e Foucault* pode-se dizer que um dos pontos fundamentais do diálogo entre esses autores, são as discussões sobre soberania, biopoder e biopolítica, pois isto abre um campo de reflexões que toma a vida e a morte como um traço da política e como categorias fundamentais e palpáveis para compreensão da modernidade, suas vicissitudes e crises atuais. No entanto, Achille Mbembe avança nas reflexões desenvolvidas por Michel Foucault na medida em que introduz a questão colonial, o sistema escravocrata e o modelo de plantation como elementos fundamentais para entender tanto a biopolítica quanto a necropolítica.

Pode-se perceber então que a necropolítica inscreve-se numa política capitalista neoliberal que se utiliza de forma racional da gestão da morte como forma de exercer sua soberania. É partindo dessas constatações que avançaremos na nossa reflexão buscando compreender quais estratégias de enfrentamento contra hegemônicas podem ser elaboradas face à essa realidade. Partindo dos estudos culturais, apresentamos aqui a decolonialidade do ser e do poder.

OS ESTUDOS CULTURAIS E A DECOLONIALIDADE DO SER E DO PODER

Como pode-se perceber até o momento, o Neoliberalismo que apareceu inicialmente como uma doutrina foi-se estabelecendo e difundindo uma forma de pensar a política a partir dos interesses do pensamento capitalista burguês, excludente e alienante. Apresentamos de forma breve um caminho de enfrentamento dessas epistemologias hegemônicas criadas pela modernidade capitalista e pelo pensamento colonial.

Não seria estranho nos perguntarmos em que medida somos realmente livres desse mundo construído pelo Iluminismo, que fundou uma ideia mitológica de uma pré-existência da Europa enquanto centro mundial do capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta a partir do seio da modernidade e da racionalidade (QUIJANO, 1993). Onde poderíamos encontrar estratégias de enfrentamento dessas

forças que querem destruir ou calar as vozes subalternas e apontar caminhos para reelaborar a realidade dos povos do sul?

Os estudos pós-coloniais nascem com esse intuito: contribuir para o questionamento da lógica da construção de saberes ainda prevaletentes na investigação acadêmica em que a experiência dos subalternos — que são relegados a um secundário lugar rotulado como “saber local”, que a tradição filosófica ocidental não considera relevante (MATA, 2014).

Os efeitos negativos desse processo forneceram os fundamentos da mobilização política anticolonial e resultaram no esforço de retornar a um conjunto alternativo de origens culturais não contaminados pela experiência cultural (HALL, 2011). Esta última seção traz como objetivo mostrar as contribuições de alguns autores acerca desses estudos pós-coloniais.

Anibal Quijano e a colonialidade do poder

Em seu texto *Colonialidade do poder e classificação social*, o autor Anibal Quijano (1993), explica os conceitos de colonialidade e o diferencia de conceito de colonialismo. Segundo o autor:

Colonialismo refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas, nem sempre, necessariamente, implica relações racistas de poder (QUIJANO, 1993, p. 73).

Enquanto que a Colonialidade é fruto da exploração capitalista, onde toma-se como base a classificação das pessoas, do ponto de vista étnico-racial. Segundo o autor, essa tentativa eurocêntrica de classificação da população é fruto da Modernidade construída pelo Capitalismo, para legitimar a exploração colonial, e tem como ponto de partida a América Latina. Modernidade aqui entendida como “um novo

universo de relações intersubjetivas de dominação sob hegemonia eurocêntrica” (QUIJANO, 1993).

As relações de poder, construídas pela Modernidade, buscam a exploração das pessoas tomando como base o sexo, a idade, e a força de trabalho. Segundo Quijano, aqui na América Latina, acrescentou um outro elemento, o fenótipo (p. 105). Porém, essa configuração foi confrontada por duas vertentes de ideias: uma hegemônica, o liberalismo e outra subalterna, o materialismo histórico (p. 77).

Segundo Quijano, a luta pela decolonialidade do poder passa pela luta contra o racismo e pela destruição do poder capitalista eurocentrado por ser hoje “a trama viva de todas as formas históricas de exploração, dominação, discriminação, materiais e intersubjetivas. O que vem justificando essas políticas de morte, como a necropolítica (QUIJANO, 1993).

Walter Mignolo e a desobediência epistêmica

O sexo, a idade, a força de trabalho, além da raça, foram utilizados como forma de classificação e exploração das populações, pelo pensamento eurocentrado moderno. O autor Walter Mignolo propõe uma “desobediência teórica como principal caminho para os pensadores pós-coloniais. Uma nova atitude decolonial.

Segundo Mignolo (2008) essa atitude decolonial passa por uma reflexão que nos conduzira a uma identidade em política, ao invés de uma política de identidade. Sendo que essa identidade em política passa pela criação de teorias políticas que confrontem os conceitos coloniais, onde a língua exerce papel fundamental nesse processo de decolonialidade, pois a partir dela é imposto um discurso imperial seja na economia, seja na religião, etc. Para o autor a matriz racial de poder é um mecanismo pelo qual não somente as pessoas, mas as línguas e as religiões, conhecimentos e regiões do planeta são racializados.

Ao classificar os mundos em primeiro, segundo e terceiro, a Modernidade, segundo Mignolo, utiliza-se de um discurso de desenvolvimento mútuo, mostra sua face de velho movimento colonial mas, no fundo, quer mesmo, é demonstrar sua “superioridade racional”. Para o autor, é necessário negar qualquer tentativa de padronização das relações sociais, econômicas e subjetivas dos povos, sempre respeitando e garantindo sua independência social epistemológica e de poder (MIGNOLO, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das leituras da bibliografia geral do programa de pós-graduação em Crítica Cultural, buscou-se eleger um signo linguístico, o neoliberalismo, demonstrando sua genealogia e sua reverberação nos vários setores da vida política, social e cultural. Pode-se constatar como o conhecimento ocidental e a razão imperial foram construídos a partir da ideia da superioridade dos povos europeus em detrimento aos povos do sul.

O colonialismo, aparece como uma face perversa do capitalismo moderno o que vai legitimar o pensamento neoliberal que conduz ao adoecimento psíquico, às patologias neurológicas assim como a uma política de morte, ou a uma necropolítica.

Diante dessa realidade cabe-nos a construção de um pensamento contra hegemônico que seja capaz de enfrentar um pensamento arborescente e que permita fazer face às colonizações epistemológicas vigentes.

REFERENCIAS

ABAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANDERSON, Perry. *Balanco do Neoliberalismo*. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/giselle.souza/politica-social-ii/texto-1-balanco-do-neoliberalismo-anderson>.

BRUN, A.B; VIDIGAL, A.C; CARMONA, R.G. Estado e Neoliberalismo no Brasil: implicações para as políticas sociais nos de 1990. In: *Caderno Humanidades em Perspectivas*, Edição Especial, Julho/2018.

CAMILO, J.A de Oliveira; FURTADO, R.N. O conceito de Biopoder no pensamento de Michel Foucault. In: *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 16(3): 34-44, dezembro, 2016.

CRUZ, Maria de Fátima Berenice. *Leitura Literária na Escola: desafios e perspectivas de um leitor*. Salvador: EDUNEB, 2012. 228p.

HALL, Stuart. Quando foi o pós colonial. In: *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 95-118.

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. In: *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, 70 (no.sp): 20-30.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: Desconstruindo genealogias eurocêtricas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, 2014

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: *Artes & Ensaios*. n. 32. Dezembro 2016.

MIGNOLO, Walter. *Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política*. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo18.pdf>. 2010.

MORAES, Reginaldo C. Reformas Neoliberais e Políticas Públicas: Hegemonia Ideológica e Redefinição das relações Estado-Sociedade. In: *Educ.Soc.*, Campinas, v. 23, n. 80, Setembro/2002, p. 13-24.

PORTO, M.C. da S. *Estado e Neoliberalismo no Brasil Contemporâneo: implicações para políticas sociais*. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez. 2010. 637p.

SANTOS, Osmar Moreira dos. Um platô da crítica cultural na Bahia: por um trabalho científico transgressor. Disponível em: portal.uneb.br/poscritica.

VIANA, Nildo. Breve História do Neoliberalismo. In: *Revista Enfrentamento*. n. 5, julho/dezembro, 2008.